



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

29/05/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

STF mantém regras atuais para demissões sem justa causa

O STF (Supremo Tribunal Federal) concluiu nesta sexta (26) o julgamento sobre a validade de um decreto do então presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a possibilidade de demissão sem justa causa.

Embora a análise tenha sido encerrada, com placar de 6 a 5 pela manutenção do decreto de FHC, e assim mantendo regras atuais que possibilitam a demissão sem justa causa, o resultado só será oficializado na próxima semana com a publicação do resultado pela presidente do STF.

O caso, uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade), começou a tramitar no STF 1997. A norma trata da legalidade de um decreto cancelando a adesão do Brasil à Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Essa convenção estabelece critérios para o encerramento de contratos de trabalho por iniciativa do empregador.

O decreto de FHC é de 1996 e foi contestado no STF pela Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

A entidade defendeu a invalidação do decreto porque ele teria feito o Brasil sair do tratado internacional sem aval do Congresso Nacional.

No entendimento da Contag, como os parlamentares participam da inclusão na Legislação brasileira de normas previstas em acordos internacionais, eles deveriam também se manifestar em caso de decisão por deixá-las.

Mesmo sem o resultado oficializado, os votos dos ministros mostram que a posição defendida é a da necessidade da manifestação do Legislativo, mas nos próximos casos a partir da publicação do resultado da votação.

Ministros como a presidente da corte, Rosa Weber, e os ex-ministros Joaquim Barbosa e Ricardo Levandowski, consideraram que o decreto de FHC precisaria ter passado pelo Congresso para ter validade e, ao não fazer isso, a publicação é inconstitucional.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 28 de maio.

Congresso propõe correção maior da tabela do IR e tributação menor de investimento no exterior

A medida provisória que corrige a tabela do Imposto de Renda e altera a tributação de investimentos no exterior recebeu 106 emendas, que são propostas de deputados e senadores para alterar o texto enviado ao Congresso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em abril deste ano.

Cerca de dez emendas pedem uma correção maior da tabela do IR, com o patamar de isenção passando dos R\$ 2.112 da proposta do governo para até R\$ 5.280 (quatro salários mínimos).

O presidente prometeu elevar a isenção para R\$ 5.000 até o fim do mandato, de maneira gradativa.

Em relação aos investimentos no exterior, levantamento feito pelo especialista em direito comercial, contratual e tributário da Saint Joseph Law, João Pedro Volz, mostra que a maioria das sugestões trata de modificação das alíquotas a serem cobradas, definições de ativos tributáveis, deduções e tratamento da variação cambial.

Há também propostas que não têm relação direta com o tema da MP, aquilo que é chamado de "jabuti" no jargão dos parlamentares, como a reabertura do programa de regularização de ativos no exterior, atualização de valores de imóveis no Brasil e instituição de imposto sobre grandes fortunas.

O tributarista destaca que o líder da oposição, deputado Carlos Jordy (PL-RJ), propõe rejeitar por completo a parte da MP que trata dos investimentos no exterior, mantendo apenas a correção na tabela do IRPF.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 29 de maio.

Pobreza cai, mas ainda atinge mais da metade da população em 9 estados

Com o impacto de medidas como o Auxílio Brasil e a retomada do mercado de trabalho, o número de pessoas em situação de pobreza diminuiu em quase 10,5 milhões no país em 2022, aponta um estudo do IJSN (Instituto Jones dos Santos Neves).

Segundo o levantamento, a taxa de pobreza caiu no Brasil e nas 27 unidades da federação no ano passado. Mesmo assim, permaneceu acima de 50% em nove estados, distribuídos nas regiões Nordeste e Norte –eram 14 em 2021.

O resultado significa que, nesses nove locais, mais da metade da população ainda era considerada pobre, apesar da melhora dos números em 2022.

O estudo foi elaborado a partir de dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do rendimento de todas as fontes, divulgada neste mês pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 27 de maio.

Rede privada diz que reforma tributária encarecerá mensalidade escolar em 20%

A reforma tributária nem ganhou tração, e a Frente Parlamentar pela Educação Particular (FPeduQ), lançada no início do mês, já trabalha pela redução da alíquota do setor.

Um levantamento do grupo mostrou que, caso a educação privada seja tributada pela alíquota única, as mensalidades terão aumento superior a 20%.

Segundo a frente, que conta com 200 parlamentares entre deputados e senadores, a tendência é que, caso o PIS e a Cofins sejam substituídos por uma imposto único, mais de 10 milhões de famílias com renda per capita de até R\$ 3.145 sofrerão com o aumento das mensalidades.

Atualmente, as instituições particulares pagam uma alíquota de PIS/Cofins (imposto federal) de 3,65%. No caso do ISS (imposto municipal), a alíquota varia entre 2% e 5%.

Com a reforma, a alíquota projetada de PIS/Cofins ficará entre 10% e 12% e a do ISS, entre 16% a 20%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 27 de maio.

Preço da gasolina cai mais R\$ 0,20 por litro nas bombas, diz ANP

O preço da gasolina nos postos brasileiros caiu mais 3,6%, ou R\$ 0,20 por litro, esta semana, com novos repasses do corte nas refinarias da Petrobras. Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o combustível foi vendido, em média, a R\$ 5,26 por litro.

O valor está ainda acima do projetado pela Petrobras quando anunciou os cortes e a mudança em sua política de preços dos combustíveis, no último dia 16. A queda acumulada desde então é de 4,2%, ou R\$ 0,23 por litro.

Na ocasião, o valor de venda do produto pela estatal foi reduzido em R\$ 0,40 por litro. A expectativa da empresa era que o repasse levasse o preço de venda nas bombas a R\$ 5,20. O governo montou uma força-tarefa e abriu um canal de denúncias para tentar forçar a queda.

O movimento é criticado por distribuidoras e postos, que alegam que não há tabelamento de preços no Brasil e que a concorrência levará os valores ao preço justo. Em nota distribuída esta semana, os postos lembram ainda que outros fatores influenciam os preços, como biocombustíveis e custos logísticos.

A ANP encontrou a gasolina mais barata do Brasil em Goiatuba (GO), a R\$ 4,14 por litro. A mais cara foi encontrada em Tefé (AM), a R\$ 7.

Também em consequência de corte nas refinarias, o preço médio do diesel S-10 nos postos brasileiros caiu 4%, ou R\$ 0,22 por litro esta semana, para R\$ 5,24 por litro. É o menor valor desde setembro de 2021, em valores corrigidos pela inflação.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 27 de maio.